

CENTRO UNIVERSITÁRIO REDENTOR
GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ÉRIKA CARVALHO JORGE

**CASA DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO PEDRA PRETA,
EM ITAPERUNA, RJ.**

Itaperuna
2021

ÉRIKA CARVALHO JORGE

**CASA DE MEMÓRIA E DOCUMENTAÇÃO PEDRA PRETA,
EM ITAPERUNA, RJ.**

Trabalho apresentado para a disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso 2, ministrada pelo Prof. Arq. Luís Gustavo Rosadas, no curso Arquitetura e Urbanismo, 10º período.

Itaperuna

2021

FOLHA DE APROVAÇÃO

Autor: Érika Carvalho Jorge

Título: Casa de Memória e Documentação Pedra Preta, em Itaperuna-RJ

Objetivo: Título de Bacharel em Arquitetura e Urbanismo

Instituição: Centro Universitário Redentor

Área de Concentração: Arquitetura Institucional e Técnicas Retrospectivas

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof. Luís Gustavo Rosadas

Arquiteto e Urbanista

Instituição: Centro Universitário Redentor

Arquiteto e Urbanista

Arquiteto e Urbanista

*“A Arquitetura é a testemunha incorruptível da História.
Não se pode falar de um grande edifício
sem reconhecer nele o testemunho de uma época,
sua cultura, sua sociedade, suas intenções...”*

Octávio Paz

Resumo

A cidade de Itaperuna-RJ, teve seu avanço estimulado pela aquecida produção cafeeira e a construção da estrada de ferro, adquirindo assim, uma forte expressão do acúmulo de capital, articulações políticas e comerciais de interesse econômico. Entretanto, o valor dado ao seu patrimônio material é quase nulo, suas construções descaracterizadas, abandonadas e seu acervo documental quase inexistente, carece de cuidados. Edificações representativas julgadas como velho e inapropriado os resquícios de sua memória e história. O que foi dando lugar a grandes edifícios comerciais e residenciais, devido as novas necessidades da vida contemporânea. Diante disso, o presente trabalho tem por objetivo a criação de uma *Casa de Memória e Documentação Pedra Preta*, na busca por reavivar a identidade e história de Itaperuna, através do fomento da preservação do que ainda resta de sua memória local, edificações e, ainda na promoção da educação patrimonial para a população e os flutuantes que a cidade recebe diariamente.

PALAVRAS CHAVE: Patrimônio documental, Itaperuna, Museu.

Abstract

The City of Itaperuna-RJ, had its advance stimulated by the heated coffee production and the construction of the railway, thus acquiring, a strong expression of capital accumulation, political and commercial articulations of economic interest. However, the value given to your material assets is almost null, its uncharacterized constructions, abandoned and its documentary collection almost nonexistent, needs care. Representative buildings judged as old are the remnants of its memory and history inappropriate. Which gave way to large commercial and residential buildings, due to the new needs of contemporary life. That said, the present work aims to create a *Pedra Preta Memory and Documentário House*, in the search to revive the identity and history of Itaperuna, by fostering the preservation of what remains of its local memory, buildings and, still, in promoting the parental education for the population and the fluctuations that the city receives daily.

Keywords: Documentary Heritage, Itaperuna, Museum

Índice

Figura 01: Fazenda Porto Alegre, início do século XX	15
Figura 02: Fazenda Porto Alegre, início do século XX	15
Figura 03: Fazenda São Vicente ¹ - Estrada Itaperuna-Natividade	16
Figura 04: Fazenda São Vicente ¹ - Estrada Itaperuna-Natividade	16
Figura 05: Fazenda Salgada - Estrada Itajara – distrito de Itaperuna	16
Figura 06: Av. Cardoso Moreira antes do assentamento da ferrovia versus	17
Figura 07: Av. Cardoso Moreira antes do assentamento da ferrovia versus	17
Figura 08: A estação de Itaperuna no centro da cidade, nos anos de 1940, com seu pátio ferroviário e alguns vagões estacionados	17
Figura 09: Construção da Igreja Matriz de São José do Avahy, década de 1920	18
Figura 10: Prefeitura Municipal e ponte de concreto, construída em substituição à ponte de madeira, início do século XX	18
Figura 11: praça Nilo Peçanha, com as residências da família Bastos, Massaud e Travassos, em 1944	18
Figura 12: Primeira sede do Hospital São José do Avahy, na lateral direita da Praça Nilo Peçanha.....	19
Figura 13: Vista da Cardoso Moreira, antes e depois.....	20
Figura 14: Poluição visual dos casarões restantes	22
Figura 15: Livro da biblioteca municipal	23
Figura 16: Livro da biblioteca municipal	23
Figura 17: Livro da biblioteca municipal	23
Figura 18: Gráfico demonstrativo de faixa etária	29
Figura 19: Gráfico demonstrativo conhecimento sobre Itaperuna	30
Figura 20: Planta de localização da proposta com pontos nodais	31
Figura 21: Primeira fachada da residência	32
Figura 22: Fachada existente	32
Figura 23: Planta de implantação	32
Figura 24: Planta esquemática primeiro pavimento	33
Figura 25: Planta esquemática segundo pavimento	33
Figura 26: Cheios e vazios	34
Figura 27: Sistemas viários	35
Figura 28: Condicionantes naturais	35

Figura 29: Usos e funções	36
Figura 30: Gabarito	36
Figura 31: Recorte do Zoneamento da cidade de Itaperuna/RJ	38
Figura 32: Parâmetros urbanísticos da cidade de Itaperuna/RJ	39
Figura 33: Fachada principal Museu Histórico Nacional	40
Figura 34: Análise do entorno, Museu Histórico Nacional	41
Figura 35: Planta setorizada do pavimento térreo	42
Figura 36: Planta setorizada pavimento superior	42
Figura 37: Exposição Portugueses no Mundo	42
Figura 38: Exposições do museu	43
Figura 39: Exposições do museu	43
Figura 40: Adaptações feitas no edifício para acessibilidade	43
Figura 41: Adaptações feitas no edifício para instalação de cabeamento e iluminação	44
Figura 42: Fachada principal, Arquivo Nacional	45
Figura 43: Análise do entorno, Arquivo Nacional	46
Figura 44: Planta pavimento térreo	46
Figura 45: Escada em pedra, construção inicial	47
Figura 46: Passarela anexada	47
Figura 47: Pátio central	47
Figura 48: Vitrais do pavimento superior	48
Figura 49: Exposição interna	48
Figura 50: Imagem interna do acesso ao pátio	48
Figura 51: Planta de situação	50
Figura 52: Fachada oeste	51
Figura 53: Planta baixa do térreo	51
Figura 54: União do passado e presente	52
Figura 55: Planta baixa do terceiro pavimento	53
Figura 56: Planta baixa do sétimo pavimento	53
Figura 57: Pavimento térreo	54
Figura 58: Primeiro pavimento	55
Figura 59: Segundo pavimento	55

Sumário

1. Introdução	9
2. História e memória	12
2.1 Patrimônio e memória em Itaperuna, RJ	14
3. Problemática	21
4. Justificativa	25
5. Objetivo	28
5.1 Objetivo Geral	28
5.2 Objetivo Específico	28
6. Público alvo	29
7. O local	31
7.1 Diagnóstico do local	34
7.1.1 Cheios e vazios	34
7.1.2 Sistemas viários	35
7.1.3 Condicionantes naturais	35
7.1.4 Usos e funções	36
7.1.5 Gabarito	36
8. Legislação	38
9. Visita técnica	40
9.1 Museu de Histórico Nacional	40
9.2 Arquivo Nacional	45
10. Referência projetual específica.....	50
11. Referência projetual geral.....	54
12. Programa de necessidades	57
13. Referências bibliográficas	59
Apêndices	62

1. Introdução

O Brasil é um país novo se comparado aos países europeus, por exemplo, e suas cidades datadas em sua maioria, do século passado. Entretanto, mesmo em meio a esse passado recente, poucas são as cidades brasileiras que ainda guardam vestígios materiais que remontam sua história patrimonial. Assim, ao constatar essa baixa preservação patrimonial esse trabalho traz em seu bojo uma inquietação com a ausência de ressignificação e apreço pela história da cidade (ABREU, 1998). Essa ausência de materialidade histórica vem se desenhando nas cidades pela “revolução imobiliária” que visa lucros e tende a não guardar a história que tem como importância as ligações entre passado, presente e futuro no desenho do desenvolvimento local.

Abreu (1998) reforça que, no caso brasileiro, o passado não faz parte do cotidiano das cidades brasileiras. A ideia de cidades com perspectiva de futuro não se erigiu tendo como base material e espiritual herdada de outros tempos.

Nesse universo apresentado, Itaperuna, cidade do Interior do Estado do Rio de Janeiro com aproximadamente 103 mil habitantes, torna-se um caso particular do possível, ao retratar esse cenário da não valorização do seu passado alicerçado em seu marco principal da sua ferrovia e seu centro.

Percebe-se em seu processo de urbanização ao decorrer dos anos que o centro de Itaperuna vem sofrendo um severo desmonte. Modificações que corre diariamente no cotidiano da população e que muitas das vezes não sabem sequer, o significado de cada construção levada ao chão ou souberam um dia quais as suas características mais peculiares e diferenciadoras que os tornam lugares únicos. Afinal é difícil apreciar algo que não está registrado ou se quer documentado.

Para Nora (1993) a aceleração da história e dos processos sociais revelam que a oscilação entre passado, presente e futuro, estão cada vez mais rápidas, ocasionando um passado morto e desaparecido que acaba por apresentar as memórias com saudosismo. O fato dela não existir mais, causa assim, curiosidade pelos lugares de memória que existiam; quais eram suas articulações; em que a consciência desta ruptura com o passado se confundiu com a memória esfacelada. Por isso, quando os meios de memória deixam de existir, bem como os seus locais de memória desaparecem, isso ocasiona em restos de um passado morto e de uma memória saudosista apenas flutuante nas mentes mais antigas.

Abreu (1998, p.9) chama atenção que o caso brasileiro foi se construindo o ideário da “vergonha do passado e crença no futuro”, levando, como visto, modificações em muitas cidades brasileiras sem a preocupação com os marcos patrimoniais do passado. Entretanto,

quando esse ideário foi revisto ao final do séc. XX e começaram a preocupação em revalorizar e preservar/restaurar do que sobrou do passado, tal ação, tem sido feita de maneira morosa e malsucedida. Há poucas medidas de incentivo aos proprietários e inquilinos nessa preservação. Além disso, tratar de memória no contexto contemporâneo é perceber seu caráter multifacetado e que “nem sempre é motivada por razões identitárias” genuínas da população.

No desenho de Itaperuna, a cidade se ergue, a partir do seu centro político e econômico, a Estrada de Ferro Campos-Carangola (atual Avenida Cardoso Moreira), que contribuiu ativamente para o desenvolvimento comercial que se desdobrou ao longo desse eixo. A construção do centro de Itaperuna, a partir desse traçado, abrigou edificações de estilos variados como o Neocolonial, Eclético e Art Deco. De tais construções poucos são os exemplares que ainda estão “de pé”. E na lógica do lucro do centro como espaço “privilegiado” da economia e política cidadina, as construções passadas deram lugar a prédios cujo estilo de construção está voltada para o comércio e moradias compactas.

Adensado a isso, a população de Itaperuna sofre os impactos na retenção simbólica dos bens materiais e imateriais do passado, ao não criar uma “autoconsciência cultural” que forma sua identidade a partir de um lugar. E isso rebate não apenas no pensamento sobre a herança que foi deixada pelos antepassados, mas também aquilo que está sendo produzido no presente sobre o seu patrimônio, entendido aqui, como bem coletivo cujo sentimento de pertença sobre o lugar, nação ou humanidade se fazem presente.

Assim, resgatar a memória perdida é muito mais do que somente a recuperação da forma ou do espaço, mas daquilo que possui marcas em cada indivíduo e que ainda pode ser recuperado através da memória afetiva – de pertencimento e identificação com os espaços urbanos e cultura local. Mas, qual seria a memória que essa população tem hoje com os espaços já modificados e as constantes transformações?

Diante dessa indagação, propõe - se a criação da *Casa de Memória e Documentação Pedra Preta* no intuito de trazer narrativas que contam a história de Itaperuna: uma cidade pioneira; sua época áurea, suas evoluções e marcos que a tornaram tão característica ao longo de anos e que hoje se encontra em alerta diante de tantas perdas. Já que a arquitetura, como área do conhecimento deve ser exercida como função social, cabendo, portanto, ao arquiteto dinamizar o processo da sociedade em que vive, promovendo o desenvolvimento da cultura patrimonial, sua memória e sobre a economia local.

Este trabalho será organizado com os princípios e diretrizes da arquitetura e urbanismo, como área de conhecimento, abordando em seu escopo, artigos, dissertações, teses apresentadas

no ensino superior e visitas técnicas de dois locais que servirão de referência no assunto abortado.

No capítulo História e Memória será abordado a semântica do Patrimônio, suas manifestações e expressões ao decorrer da evolução das comunidades com seus acúmulos de gerações passadas e as mudanças estabelecidas pelas novas gerações, onde são estabelecidas a falta de identificação com os espaços promovidos pelos detentores de poder, que fazem com que essa população, em destaque a Itaperunense, não tenha memórias afetivas com o local em que vivem. Trazendo este contexto para a cidade de Itaperuna, ainda neste capítulo serão identificadas algumas das construções de relevância da época áurea da cidade, mas que hoje não existem mais.

O capítulo seguinte será apresentado as problemáticas encontradas na visita a campo, como a falta de um local apropriado para a guarda e exposição das documentações históricas da cidade, a falta de conservação e apreço com as documentações histórias e demonstrações de documentações históricas na mão de terceiros.

Para o capítulo Justificativa, será abordado a necessidade de guardar as memórias locais, amparadas pelo âmbito legislativo e de teses que defendem a guarda de registros históricos que confirmam que o usuário precisa da sensação de pertencimento ao local e ter conhecimento sobre sua história para que se formem sociedades capazes de defender a guarda deste patrimônio que se encontra em ruína. E por fim, as visitas técnicas que serão necessárias para o entendimento dos espaços que serão projetados e servirão de referência na compreensão espacial e de atendimento ao público.

2. História e memória

Cabe destacar que categorizar a semântica *patrimônio* é complexa e difusa, pois envolve os diversos mundos: sociais, culturais e econômicos. Etimologicamente a palavra patrimônio refere-se a herança paterna. E, em termos jurídicos, significa um complexo de bens materiais ou não que pertence uma pessoa (IPHAN, 2014).

A ideia de patrimônio no sentido coletivo para um conjunto de cidadãos só foi ressignificado a partir do Ideário da Revolução Francesa, ocorrida no final do séc. XVIII. E, devido a esse construto de pensamento iluminista, o direcionamento sobre o conjunto de bens, obras de artes, castelos, paisagens etc., foi pensando para ser preservado para um conjunto maior de pessoas.

Assim, a emergência da noção do patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir do sentimento de perda. Nisso, salvar os vestígios do passado ameaçados da destruição começam a fazer parte do ideário europeu, cujo povo tornou-se o novo sujeito da história. Porém, o mesmo não ocorreu no Brasil. Melhor dizendo, ocorreu tardiamente e de maneira controverso entre Estado, Sociedade e entidades acadêmicas (ABREU, 2009).

Tais manifestações e expressões de uma comunidade são os acúmulos de gerações passadas, cada geração as recebe, usufrui e as transforma de acordo com aquela nova realidade e fazendo novas contribuições. Mas sempre preservando uma primeira memória ou as esquecendo. Ainda que essa primeira memória seja modificada, ela continua sendo a memória de um povo pois, suas adaptações foram parte de uma geração passada que hoje, fará parte de uma nova comunidade (IPHAN, online).

No entanto, quando analisado os cenários de populações que não se identificam com o meio em que vivem, pode-se perceber que em sua maioria não existe nela apreço afetivo ou de memória, pois seus meios de identificação foram retirados do meio em que vivem sem que lhes fosse atribuído um significado. Na verdade, sem que fosse construído memória.

Por isso, quando se idealiza o patrimônio e o concebe como meio referencial, significa que as pessoas precisam vê-lo e apreciá-lo para que o sentimento de pertencimento seja reavivado. Em outras palavras, o patrimônio material como forma de identificação daquele indivíduo por meio da criação subjetiva de significado. E mais do que somente preservar o elemento em si, para construir significado, é necessário que se saiba qual a história por detrás de cada edifício.

Nesse sentido, profissionais especializados em patrimônio começaram a dar ênfase na construção de Museus na luta pela preservação da cultura, memória e identidade de um povo: guardar seus fragmentos; preservar memórias de fatos, pessoas ou ideias (ABREU, 2009). Eis a face imaterial do patrimônio cultural a de mobilizar a memória coletiva por meio da emoção e afetividade fazendo vibrar diante de um passado com vistas a preservar a identidade de uma comunidade (SANT'ANA, 2009)

Assim, a ideia adotada aqui remete-se a noção de preservação de um patrimônio cultural está para além da conservação do objeto em si, mas incorpora seus aspectos processuais e imateriais que envolve seu contexto social e o reconhecimento do seu valor cultural. E isso só é possível através do uso de diversos instrumentos na salvaguarda do patrimônio cultural material que envolve suporte econômico, introdução do seu conhecimento no sistema educativo, inventário, reconhecimento e proteção dos grupos detentores de conhecimentos históricos e tradicionais. Isso implica dizer que o novo olhar sobre o patrimônio cultural se dá pela interação dos aspectos materiais e imateriais do patrimônio cultural pois proporciona uma concepção mais rica e ampla. Assim, entende-se que falar de patrimônio cultural envolverá uma noção mais complexa e dinâmica. (SANT'ANA, 2009). Trata-se de evocar a noção de memória.

Nesse sentido, Le Goff (2003) enfatiza que “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”.

A necessidade de falar sobre memória se dá justamente, pela ausência dela, que não se pode mais ser vivenciada e nem sentida, pois foi arrancada sem nem que pudesse ser percebida. Para Nora (1993) se não houver a presença da história mesmo que deformada ou transformada, e de lugares de memória, na busca de criar estes espaços, corre-se o risco de se extinguir, pois com o movimento constante de transformação de sentidos, símbolos e significados, os vestígios de uma memória viva só consegue se perpetuar a partir de preservação de objetos tangíveis.

Outrossim, os lugares de memória se fazem pela experiência de cada indivíduo, pelos resíduos que ainda vivem no lugar. A necessidade de reviver essa memória está ligada ao nosso ser, de quem somos e de onde viemos e nos conscientizarmos das incontáveis possibilidades de nos recriarmos sem nos perder.

Conforme visto, a preservação passou a ser entendida como ato cultural. O Patrimônio cultural, na contemporaneidade, remete a riqueza simbólica de uma sociedade. Traz em ascensão a cultura, onde os bens culturais são portadores de conhecimento em vários campos do saber; são transmitidos por uma herança, um legado, tanto as humanidades quanto as ciências

exatas, expressando sua busca pela preservação da memória. No investimento de não apagar os traços de gerações passadas e privar as gerações presentes e futuras da possibilidade de conhecimento e memória transmitidas pela edificação (REBELO, 2016). Assim, demonstra a importância da preservação do patrimônio como promotora da memória coletiva e da noção de identidade e pertencimento ao lugar.

2.1 Patrimônio e memória em Itaperuna, RJ.

Itaperuna tem demonstrado como um caso típico brasileiro, a destruição de seu patrimônio e, por consequência baixas possibilidades de construção da memória e pertencimento. Pereira Junior (2015, p.131), aponta que a reorganização do espaço urbano que Itaperuna fomentou a partir da década 1970, teve “um forte apelo para a destruição da memória urbana e sua irrelevância para as gerações atuais, explicitadas pela ausência de registros documentais no município e pela descaracterização de grande parte do centro original”.

Diante deste cenário, Itaperuna se transformou em uma terra de “sem memória”. Pode-se perceber que não só se perdeu a construção da identidade de um povo, mas também seus aspectos arquitetônicos que não mais existem. A falta da preservação dessas memórias que foram concebidas há anos com a emancipação da cidade se desfez em meio ao anseio de se modernizar a todo custo. O que implica a necessidade de resgatar a memória devido a sua ausência não mais sentida ou percebida pela população:

“ (...) os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (NORA, 1993, p. 13).

Logo, entende-se que os lugares de memória de Itaperuna precisam ser criados, forjados e disseminados.

Traçar de maneira mais precisa a formação sócio histórica de Itaperuna é uma tarefa árdua que foi trilhada por algumas dissertações já realizadas neste campo de estudo. Por carecer de fontes precisas e seguras, o histórico desta cidade esbarra-se neste contexto mencionado, sobre a não valorização cultural da sua própria história e suas raízes.

Relatos de alguns pesquisadores como Pereira Junior (2015), Bartholazzi (2011), afirmaram que a história de Itaperuna está escondida e permanece obscura nas mãos das

famílias que a fundaram. A memória da cidade é desconsiderada, pois não há instituições públicas para sua preservação. A apatia da comunidade local quanto a sua história é perceptível pelo desconhecimento das origens de Itaperuna e sua região por seus moradores. Poucos são os trabalhos que tem em seu escopo demarcar a historicidade de Itaperuna e Região.

A cidade de Itaperuna tem sua formação territorial a partir do sistema de capitânias hereditárias que aconteceram no século XVII, como modelo de administração colonial e de formação arquitetônica colonial implantado no Brasil. A partir deste seguimento, Itaperuna foi fragmentada em vários lotes de fazendas doados pela coroa para que houvesse tal ocupação.

Apesar de não ter vivenciado a era dos Barões do Café, seu principal marco ocupacional está presente na introdução da cultura do café, que proporcionou um grande avanço econômico para a cidade, se transformando em uma das principais fornecedoras de café para o Estado do Rio de Janeiro.

A ocupação do sertão ocorrerá a partir de 1831 com a migração, de Viçosa, do mineiro José de Lannes Dantas Brandão com sua esposa, para a região de Itaperuna onde inicia a ocupação de uma área nomeada por ele como Conceição, com posse legalizada a partir de 1833, onde edifica uma fazenda de grandes proporções, a Fazenda Porto Alegre. (PEREIRA Junior, 2015, p.35)

Com a ocupação da Família Brandão, numa grande extensa área conhecida Porto Alegre, se registrou os primeiros pés de café e a primeira fazenda no ano de 1834, que obtiveram uma produção pujante cafeeira até 1860 (MARTINO, 2011).



Figura 1 e 2: Fazenda Porto Alegre, início do século XX.
Fonte: Itaperuna (*online*)

A história, deste modo, vem demonstrar que Itaperuna tem como marco importante de construção patrimonial as fazendas estilo colonial tais como: Fazenda Porto Alegre, São Vicente, São Domingos, Salgada, Limoeiro, Macuco, Conceição, Floresta, Paraíso etc. Cujo os traços familiares contemplam: Brandão, Tinoco, Ferraz, Martins e Garcia (MAPA DA

CULTURA, 2011, online)¹.

Assim, percebe-se um alinhamento de construções arquitetônicas a atividade agrícola do café que foi retomada intensamente após o declínio do período Imperial, tornando-se, portanto, a atividade econômica que alavancou a ocupação da região (MARTINO, 2011).

Dessas construções arquitetônicas das fazendas que ainda se mantem, destacam apenas três importantes fazendas como a São Domingos (1840), São Vicente (séc. XIX) e Salgada.



Figura 3 e 4: Fazenda São Vicente¹ - Estrada Itaperuna-Natividade.
Fonte: INEPAC, 2010.



Figura 5: Fazenda Salgada - Estrada Itajara – distrito de Itaperuna.
Fonte: INEPAC, 2010.

Posterior a este momento, Itaperuna veio se consolidando como cidade a partir de 1881, tendo sua disposição espacial (figura 6 e 7), em torno do traçado da Estrada de Ferro Campos – Carangola que visava interligar Campos a Minas Gerais. Seu trajeto começaria em Campos dos Goytacazes, passando por Itaperuna e a atual Muriaé e Carangola.

¹ disponível em: <http://www.cultura.rj.gov.br/materias/as-fazendas-historicas-de-itaperuna>.



Figura 6 e 7: Avenida Cardoso Moreira antes do assentamento da ferrovia versus ferrovia concluída.
Fonte: Acervo Raul Travassos, 2019.

A estrada de Ferro (figura 8), portanto, transformou-se num marco para a ocupação e desenvolvimento da região, ao facilitar o escoamento da produção e pujança do “ouro negro”. Principalmente uma ligação maior desta região com a sede em Campos perpassando para a capital Rio de Janeiro, estreitando o elo com o interior. (PEREIRA JUNIOR, 2015). Em outras palavras, o desenvolvimento da economia cafeeira foi responsável pela concentração de atividades comerciais e de serviços na cidade de Itaperuna, que passou a desempenhar funções de centro sub-regional do Norte Fluminense (TCE/RJ, 2011).

Este traçado ferroviário concretiza não somente a circulação logística, mas facilitou o crescimento demográfico da cidade ao entorno de sua produção econômica ligada ao café, o que ocasionou na estruturação arquitetônica inicial da cidade.



Figura 8: A estação de Itaperuna no centro da cidade, nos anos de 1940, com seu pátio ferroviário e alguns vagões estacionados.

Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efl_ramais_2/itaperuna.htm

Observa-se que a partir de 1920, após o assentamento da ferrovia, em o núcleo urbano e sua organização ao entorno da via férrea começou a surgir construções importantes do ponto de vista político, econômico e social, bem como de expansão urbana como a ponte de acesso

ao bairro Niteroi e a ponte ferroviária. Destaca-se a Igreja Matriz São José do Avahy, a praça Nilo Peçanha, a sede da prefeitura (figuras 9, 10 e 11).



Figura 9 - Construção da igreja matriz de São José do Avahy, década de 1920.
Fonte: site Paróquia São José do Avahy, 2014.



Figura 10 - Prefeitura Municipal e ponte de concreto, construída em substituição à ponte de madeira, início do século XX.
Fonte: Acervo Raul Travassos.



Figura 11: Praça Nilo Peçanha, com as residências da família Bastos, Massaud e Travassos, em 1944.
Fonte: Acervo Raul Travassos.



Figura 12: Primeira sede do Hospital São José do Avaí, na lateral direita da Praça Nilo Peçanha
Fonte: Acervo Raul Travassos.

Nos marcos da construção cidadina de Itaperuna, destaca-se a construção do primeiro hospital da cidade de Itaperuna, que trouxe para a cidade um centro de saúde especializado. O setor de saúde marcou sua importância diante das atividades agropecuárias e agroindustrial, ao substituir o poder ligado ao campo pelo domínio técnico e especializado. A saúde se tornou um atrativo de agentes de saúde, como os médicos e empresários da área (figura 12).

Em 1970, a cidade sofreu um desmonte da linha férrea, pois o Brasil em seu plano econômico, compreendeu a modernização pelas da rodovia, substituindo as linhas férreas, tendo como justificativa sua ineficiência modal ferroviária com os modernizados automóveis.

Essa narrativa descritiva sobre os espaços criados em Itaperuna, demonstram que os patrimônios materiais erigidos na formação de Itaperuna foram desaparecendo do cenário e não compuseram um padrão estético de valorização entre o antigo e o novo. A cidade que se formou pela via férrea, por exemplo, não é possível encontrar mais as marcas ou menção da presença da ferrovia. Muito menos como os casarões residenciais ou a fachada original da prefeitura de Itaperuna. Como exemplo de outras cidades brasileira, em nome da modernização, Itaperuna não registrou em seus bens materiais, o registro do seu patrimônio cultural.

A figura 13 visa demonstrar as modificações arquitetônicas e o espraiamento da cidade sem algum resquício da memória da formação da cidade que fossem *portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos* formadores de Itaperuna, conforme defende a própria constituição federal em seu artigo 216.

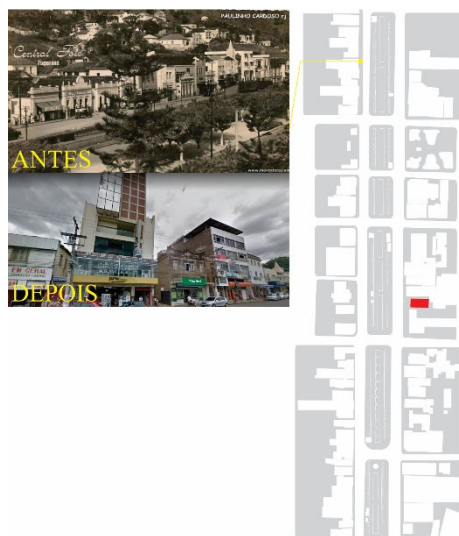


Figura 13: Vista da Cardoso Moreira, antes e depois.
Fonte: elaboração da autora, 2019.

O que antes deveria ser uma unidade, agora se encontra disperso na paisagem sem uma personalidade definida pela população, mas definida pelo poder dominante de poucos. Assim, a leitura patrimonial que deveria seguir uma linguagem temporal e de apropriação com o espaço, se dispersa entre os bairros, desconfigurando o cenário da cidade e trazendo como pilar social o capital de giro.

Quando se propõe a realizar um resgate histórico torna-se importante a compreensão da noção da continuidade temporal e seus aspectos de transição e transformação entre os períodos históricos. Não deveria haver uma ruptura dos momentos históricos, mas sim uma sobreposição e mutação de valores. Isso implica dizer que a construção de espaço e do que é valorizado tem “momentos de repetição de estratégias de ocupação em um movimento constante de desagregação (fazendas), segregação (cidade original), e desagregação (subúrbio e periferia)” (PEREIRA Junior, 2015).

3. Problemática

Para esse projeto, a referência metodológica adotada se deu através de análise documental de acervo histórico da cidade de cunho iconográfico (fotografias, desenho técnico); pesquisa bibliográfica, através livros, dissertações, teses e, por pesquisa de campo através visitas in loco. Devido à dificuldade de acesso a determinados documentos, será ainda, necessário a colaboração dos moradores mais antigos da cidade para um levantamento de campo com profundidade, ao acervo histórico em seus documentos que se encontram espalhados pelo Município.

A bibliografia demonstrou que ainda se vive em uma sociedade de olhares modernos e de desprezo a construções antigas, que são julgadas como inapropriadas, sendo muitas vezes substituídas por edificações mais modernas e arrojadas, adaptando-se as necessidades da vida contemporânea e sendo guiada pela crescente especulação imobiliária.

Diante disso, a problemática que se gestar é que Itaperuna contemplada por essa bibliografia, por seus documentos e pelas visitas realizadas a inexistência quase que total da não preservação do seu patrimônio material e, como consequência da não formação da memória coletiva.

Como pode-se observar, Itaperuna, enquanto cidade, se desenvolveu a partir de uma construção linear ao longo da linha Férrea (atual Cardoso Moreira). Seu antigo centro abrigava construções de estilo Neocolonial, Eclético e Art Deco. O pouquíssimo que resta dessas construções tem se perdido em meio a mudança no gabarito da cidade; sofreram severa descaracterização ou já foram substituídas, deixando o centro da cidade empobrecido de materialidade histórica.

E essa grande modificação se deu a partir da forte pressão do crescimento imobiliário que tem destruído não somente em Itaperuna, os seus casarões, praças e monumentos singulares, trazendo uma terrível descaracterização do passado, como também desconstruindo seu passado cafeeiro, suas fazendas e suas conexões históricas. A memória existente de Itaperuna tem se perdido nas mentes dos moradores mais antigos e seus resquícios patrimoniais já não remontam a esse passado. (SANTANA, 2017).

São situações como essa que impactam fortemente a ideia de preservação e valorização do patrimônio como herança a ser preservada. No contexto das relações sociais, os cuidados

com os bens patrimoniais precisam ser para resguardar a memória e ao mesmo tempo preservar o espaço para que a memória afetiva de toda uma população esteja viva diariamente.

Outrossim, é bom lembrar que as histórias que são contadas oficialmente nem sempre tem a ver com as memórias de uma comunidade. Em sua maioria, são lembradas não pelo povo, mas por suas personalidades políticas onde, seus nomes são dados a ruas e praças, fazendo com que a memória da cidade se transforme na memória do dominador. Como citado por Henriques (1953) a emancipação política e o processo de espacialização de Itaperuna, se deram por meio do interesse dos fazendeiros mais influentes da cidade e posteriormente por outros interesses ligados a pessoas de posse elevada. E a cabo dessas personalidades, a história de Itaperuna fica privatizada. Torna-se necessário a publicização dos acervos de Itaperuna, do incentivo e estímulo as narrativas históricas e aos marcos patrimoniais que tornam visíveis esse passado.

A ida a campo, através da observação in loco, foi possível perceber o descuido com o que restou de seu patrimônio material. Alguns casarões estão cobertos por letreiros do comércio local, suas fachadas descaracterizadas, modificadas e sem o devido restauro (figura 14). O que demonstra ainda mais a necessidade de um local que seja palpável e simbólico para que a memória não se perca por completo. Portanto, urge a necessidade do armazenamento dos documentos históricos da cidade, seu acervo bem construído e publicizado.



Figura 14: Poluição visual dos casarões restantes.
Fonte: Google Maps com inserção da autora, 2020.

Ainda, em campo, em visita a Biblioteca Municipal, foi possível perceber que ela não é sinalizada e é pouco usada pela população. Muitos desconhecem a sua existência. Em entrevista exploratória, feita a uma das bibliotecárias, foi identificado pela narrativa que a biblioteca ficou desativada por três anos e grande parte dos livros foram jogados fora para que pudessem caber

em seu local atual, um “shopping” no centro de Itaperuna. E, em observação ficou nítido que não há muito zelo da prefeitura pelo que resta do seu acervo.

Sobre seu acervo, a biblioteca possui poucos livros e documentos que contem a história da cidade. Os livros existentes estão em péssimo estado de conservação. Os jornais de época não podem ser acessados e estão lacrados em envelopes, pois se desfazem nas mãos. Existe apenas uma prateleira para contar 130 anos de história. O que certamente não dá conta de narrar toda essa história por esse mínimo de acervo que é mantido sem conservação.

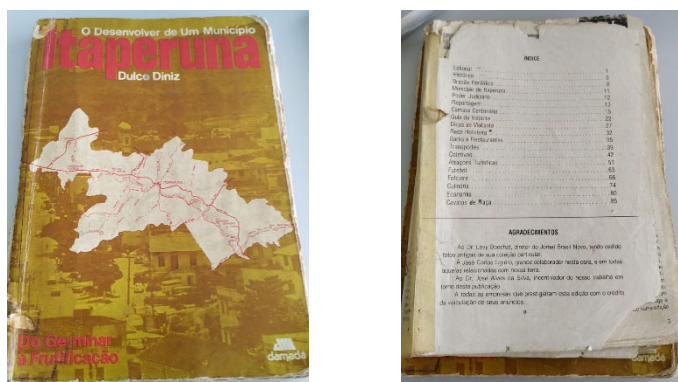


Figura 15 e 16: Livro da biblioteca municipal.
Fonte: Acervo da autora, 2020.

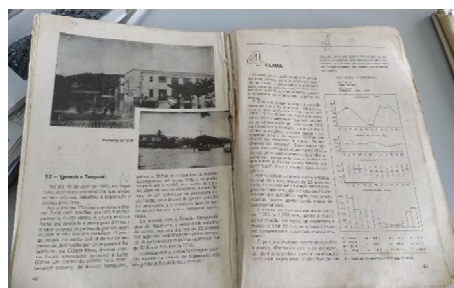


Figura 17: Livro da biblioteca municipal.
Fonte: acervo da autora, 2020.

Cabe destacar que boa parte da história de Itaperuna está mantida nas mãos das primeiras famílias que presenciaram todo o processo de evolução do campo para cidade. Por isso, torna-se de relevante para este trabalho a catalogação todo este acervo, a fim de publicizá-lo na construção de um espaço onde a população tenha acesso.

Portanto, consideramos ainda que este acervo não tenha os devidos cuidados para que sua existência possa ser perpetuada, ainda que cheios de boa intenção, a manutenção dos acervos precisa ser periódica e específica, a maneira que são guardados e expostos está diretamente ligada a preservação de sua materialidade. Além disso, as características arquitetônicas do local

devem contribuir para um ambiente adequado para a preservação destes documentos, tendo em vista que estes se tornam um dos principais agentes na deterioração do bem cultural.

Na tabela abaixo apresentarei alguns fatores extrínsecos, que são situações, que contribuem na deterioração desta documentação:

Fatores extrínsecos
Radiações luminosas
Umidade e temperatura
Poeira e poluição atmosférica
Ataques biológicos (insetos e microorganismos)
Catástrofes (enchentes, incêndios)
Manuseio e acondicionamento inadequados

Tabela 1: Fatores extrínsecos.
Fonte: elaboração da autora, 2020.

Sendo assim, os locais de guarda de documentos precisam ser livres do acúmulo de pó e ser muito limpo para que evite o desenvolvimento e proliferação de microorganismos que causam danos ao acervo. Os altos índices de temperatura e umidade são também prejudiciais aos documentos, por isso a necessidade de um ambiente climatizado e com umidade relativa do ar ideal para que não acelere o processo químico de deterioração, logo, a não proliferação de pragas e microorganismos.

Quando todos estes fatores são compilados e transformados em um, percebe-se que o poder público que deveria intervir para a construção sólida de uma memória, está dispersa em seus deveres legislativos. Por isso a forte afirmação de que existe a necessidade de um local adequado para guarda e manutenção destes documentos históricos.

4. Justificativa

Como bem pontuado por Nora (1993) estamos vivendo o fim das sociedades-memória onde pessoas, etnias, tradições e a transmissão de valores estão sendo esquecidas, pois, esses grupos não tiveram sua identidade fortalecida. Por isso, é tão importante salvar o que ainda resta. E frisar que uma sociedade que não tem conhecimento sobre sua história forma pessoas que não sabem quem são e nem de onde vieram.

Percebeu-se que na pós-modernidade, a relação entre presente e passado não podem mais estar ligados e, por isso, seria necessário se apagar o passado para que se possa vivenciar tempos modernos. Nesse movimento, tem-se apagado toda e qualquer memória que a população possa ter, ao restringir os acessos a registros históricos. Como consequência, uma geração tem “aprendido” que não é necessário valorizar memórias, trazendo perdas na construção de sentidos e valor aos locais históricos que passam a serem julgados como inapropriados.

É necessário recuperar a memória da cidade para inserir na população uma consciência coletiva sobre o valor do patrimonial e histórico. A população precisa ter acesso aos bens culturais do local onde residem, para que tenham a sua identidade e cultura fortalecidas, fazendo com que a memória afetiva do local não se deteriore ainda mais.

Assim, esses espaços que configuram o passado, presente e futuro das cidades cidade são mais que necessários ao estimular, na população, sensações e recordações que se refletem através da arquitetura. Além disso, espaços que travejam o reconhecimento do local, sua história, questões sociais e econômicas, para que se desenvolva a importância do patrimônio esquecido, resgatando sua memória. Pensar a cidade não é somente pensar o espaço, mais sim a relação entre pessoas e o seu modo de interação com ele. (SILVA, 2015).

Segundo o Arquivo Nacional (2011) um documento para que possa ser considerado documento arquivístico precisa estar ligado a um conjunto orgânico e cumpra função ao ser produzido. Assim, ações e acontecimentos se transformarão em registro documental.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 estabelece no art. 23 como competência dos entes federativos na proteção de documentos, as obras e outros bens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos; [...] (BRASIL, 1988, p. 18). Seguido da lei 8.159, de 08 de janeiro de 1991, que ao tratar sobre os arquivos públicos e privados, responsabilizar ao poder público “a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, como instrumento de apoio à

administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e como elementos de prova e informação.” (BRASIL, 1991, p. 1).

Isso significa dizer que a própria legislação brasileira ampara a necessidade de guardar documentos que remetam a história de uma população inteira, para que ela não seja destinada apenas a um público de interesse, e descaracterizem obras, pensamentos e acervos que compreende ao todo da população. A história de um povo é antes de tudo apreciado como um bem coletivo, de interesse do bem de todos.

Deve-se atentar que as memórias remetem ao bem que nos foi proposto, mas não o bem de maneira material, e sim, ao bem comum como virtude individual, por seus aspectos legais, filosóficos e históricos. Como cita Pesavento, (2002) “memória, é a presentificação de uma ausência no tempo, que só se dá pela força do pensamento – capaz de trazer de volta aquilo que teve lugar no passado”.

Por isso, a preservação documental é tão importante, quando se protege documentos de uma possível degradação. O agente da degradação pode ser externo (seres humanos) ou interno (descaso com a documentação). Bellotto (2014) comenta que após o documento cumprir a função para a qual foi criado, será preservado para fins de pesquisas, testemunho e herança cultural. Logo, trata-se de um bem público e, portanto, necessário torná-lo acessível a população

O que remete a concepção ampliada de patrimônio cultural que vá além da pedra e cal. Entende-se que patrimônio não deve ser reconhecido apenas como bem institucionalizado, mas, representativo de afetividade e ser reconhecido por sua importância histórica ou valor arquitetônico, como um conjunto de símbolos presentes na paisagem. Assim, os lugares simbólicos de relevância ao ser humano se mostram com uma linguagem e razão discursivas, enfatizando as relações entre o simbólico e o lugar. E ainda mais profundamente, sendo uma conexão entre uma ideia, um valor e um sentimento (COSTA, 2003).

Ainda que os dias sejam modernos, os aparatos para a proteção do patrimônio são cada vez mais escassos, o que deveria ser representativo, tem perdido seu lugar de forma drástica e dolorosa. A preservação deve ser pensada de forma transformadora, a partir de um projeto de seleções de experiências para uma construção da memória.

Essa relação ser humano e Patrimônio é o que faz conectar aos pensamentos nostálgicos que remetem a lembranças criadas ao longo dos anos, desde que nos tornamos seres pensantes. Tal relação é que faz transbordar a noção de pertencer a um local, não somente de memórias

objetivas, mas de memória afetiva, de vínculos sociais e do processo de criação da memória de cada indivíduo em particular.

Contudo, se tratando de Itaperuna, muito da história se perdeu. É perceptível a desvalorização das edificações históricas que fizeram parte do processo de desenvolvimento da cidade, como a construção mais simbólica, a Estação Campos-Carangola, um grande marco na história e esse desmonte se dá pelo aumento gradual sobre o valor do metro quadrado. Para se compreender a história de um dado lugar, no caso Itaperuna, já não é mais uma tarefa simplificada, pois suas memórias afetivas já não estão mais associadas ao edifício ou ao espaço, causando uma ruptura entre o objeto e o usuário.

Torna-se indispensável que se preservem características do passado e futuro possam compartilhar do mesmo espaço, estabelecendo um olhar simbólico sobre a arquitetura, mesmo que seja um manifesto sutil, mas, que transmita a representatividade da história da sociedade local. Esse é o princípio de afirmativas que evitam o esvaziamento dos centros antigos, unindo passado, presente e futuro (SANTANA, 2017).

Eis a necessidade imperiosa de pensar as casas de memória, é buscar desfazer pensamentos reducionistas sobre eles que se limitam a expressões chaves como “local de História”, “local de antiguidades”, “objetos velhos e raros”. Esses pré-conceitos estabelecidos sobre a instituição trazem diversos problemas para o entendimento de seu papel na sociedade: “*uma casa de memória*, não como a instituição voltada para os objetos históricos, mas para os problemas históricos”. (PAZ, 2011). Isso significa pensar estes espaços como uma oportunidade para que a população repense a importância da cultura, promovendo o crescimento intelectual para a comunidade.

Assim, o intuito das casas de memória está na busca por formar cidadãos através do conhecimento do passado, participando de maneira decisiva no processo de construção da nacionalidade. A autora Miranda (2012) completa ao “relacionar os museus ao referencial de uma comunidade, onde oferecem a percepção crítica da realidade, a produção de conhecimentos e oportunidades de lazer, podendo ser um patrimônio cultural como recurso educacional e de inclusão social”.

5. Objetivos

5.1 Objetivo Geral

Com o intuito de preservar parte da memória de alguns exemplares de patrimônio histórico que ainda existem no município, que são dotados de relevância e de memórias afetivas, este trabalho objetiva criar uma casa de memória para a cidade, a partir do acervo público, cuja sede se estabelecerá no centro de Itaperuna, buscando fazer deste espaço em um local de acesso facilitado e planejado para que o público ter o prazer e interesse de visitar o local e estudar sobre seus acervos. Dessa forma, proporcionar que a história possa continuar através das vidas de seus habitantes, sem estagnar o progresso de desenvolvimento de sua região central, mas que evite a destruição de construções simbólicas e fomenta a preservação arquitetônica do que ainda existe. Diante disso, a proposta deste trabalho consiste em não somente resgatar esse passado pela sua imaterialidade (construção de memória), como também lançar luz para o que resta de bens materiais, no sentido de sua preservação. E nesse empreendimento, contribuir para (re)construir a identidade de um povo em sua comunidade local.

5.2 Objetivo Específico

Recuperar a memória local é primordial na criação de uma consciência coletiva sobre o valor patrimonial, resgatar essas edificações agregam em valor material, proporcionando assim, espaços de memória e conhecimento.

Criar um centro de documentação e disponibilizar tal acervo é incentivar a pesquisa sobre de onde viemos, formando uma identidade sólida que não será escrita por terceiros.

É de interesse que fomentado parcerias no desenvolvimento da educação patrimonial para que a população tenha conhecimento dos marcos históricos, de sua época áurea e de conquistas. A partir do desenvolvimento de atividades que despertem o interesse de nossas crianças e adultos, adicionando oficinas e teatro de modo que o espaço não seja somente para exposições e pesquisas, mas que de fato, possa ser utilizado pela população e seus flutuantes.

6. Público Alvo

Para a elaboração deste capítulo, foram utilizados dados do IBGE e pesquisa de opinião por meio de questionário online afim de complementar dados não encontrados, serão abordadas todas as faixas etárias que tenham condições de respondê-lo, considerando apenas moradores da cidade de Itaperuna, as perguntas realizadas encontram-se nos apêndices do caderno.

Segundo dados do IBGE a população da cidade de Itaperuna se estima em 103.224 pessoas contando com seus nove distritos (IBGE, 2019), com uma população de 0 a 100 anos, o público de maior alcance foi uma faixa etária de 20 anos há 49 anos (figura 18), onde foram questionados sobre a cidade e sua história, foi obtida uma amostra de 100 pessoas, distribuídas entre 69,7% mulheres e 30,3% homens.

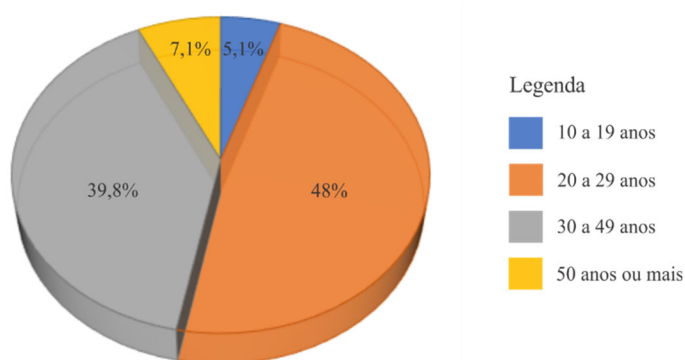


Figura 18: Gráfico demonstrativo de faixa etária.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Para uma melhor análise de diferenças e discrepâncias entre os públicos, dividiremos esta amostragem entre jovens (10 anos a 29 anos) e adultos (30 anos a 50 anos ou mais). Onde constatou-se em meio a pesquisa, de modo geral, que 85,9% dos entrevistados são residentes da Zona Urbana de Itaperuna, divididos entre locais e moradores de 20 anos ou mais, os outros 14,1% não são residentes da Zona Urbana, com uma renda total de 3 a 10 salários mínimos.

Quanto a pesquisa de opinião, os entrevistados foram perguntados sobre o quanto sabem da história local, 56,6% responderam que sabem pouco/nada, com índice mais expressivo entre os jovens, totalizando em 36 dos entrevistados e 23 dos entrevistados adultos. Os outros 46,5% estão relacionados ao grupo de adultos em sua maioria, que consideram seu conhecimento razoável/muito (figura 19). Diante disso, podemos perceber que a maior parte da população que se diz residente não sabe o suficiente sobre a sua identidade, trato como identidade porque saber de onde vieram é fundamental na formação de uma população.

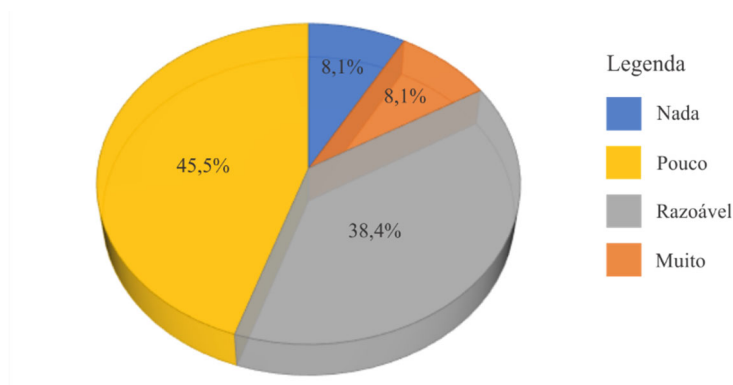


Figura 19: Gráfico demonstrativo conhecimento sobre Itaperuna.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Ainda perguntando sobre a cidade de Itaperuna - os jovens e adultos - quando questionados onde aprenderam tal informação percebemos uma lacuna nas respostas, os mesmos entrevistados que responderam que sabem pouco/nada sobre a história, responderam que aprenderam na escola, então quando analisamos a grade escolar do Município, não possui nada relacionado a temática, que deveria ser a base para uma educação completa e uma formação de identidade social nos alunos, quando se trata da história local, o assunto possui pouca relevância. O grupo classificado como adulto respondeu ao questionário que aprenderam sobre a história na internet, redes sociais e na escola.

Somos diariamente “cegados” com a forte especulação imobiliária que está retida nas mãos de poucos, mas que ainda sim, tem significativa participação nas “decisões” tomadas na cidade. Em épocas de governo tirano, a população está sempre a mercê de seu dominador, então como tirá-los desta inércia?

A Casa de Memória e Documentação Pedra Preta quer alcançar essa população que precisa começar a se identificar com a sua própria história, que sente saudade de lugares que foram desmontados, onde todo conceito de envolvimento deve começar com o desbravar e buscar por informações desconhecidas. Essa experiência em descobrir o novo, que não é tão novo assim, mas que a história continue viva e que o desenvolvimento continue acontecendo, mas respeitando uma linha cronológica existente.

7. O local

O objeto escolhido é uma residência que está situada na Avenida Cardoso Moreira, número 549, bairro Centro, um dos poucos exemplares de estilo Neocolonial que ainda seguem sem muitas alterações ou estão sobrevivendo em meio ao abandono de sua memória.

Abaixo será apresentado um recorte da cidade de Itaperuna em um raio de 500m, o qual representa a ocupação inicial da cidade ocupada pelos fazendeiros, dando início a grande produção arquitetônica do local (figura 20). Apesar da alta urbanização ao decorrer dos anos, o centro ainda possui forte relevância enquanto perímetro de relações de troca, com constantes modificações e reconstruções constantes na tentativa de suprir as demandas que estão saturando o eixo central.



Figura 20: Planta de localização da proposta com pontos nodais.
Fonte: Cadastral do Município, elaboração da autora, 2019.

A construção é datada de 1936 a residência que pertenceu a famílias de grande posse da história de Itaperuna, hoje encontra-se desocupada e abandonada, apresentando em sua fachada traços de desleixo como, por exemplo um enorme ninho de cupins e está à venda pelo herdeiro da propriedade, que não reside na cidade. Ao analisar a construção, percebemos que sua fachada pouco foi descaracterizada e seus usos intactos (figura 21 e 22) e sua fácil localização conta

com o auxílio de todas as linhas de ônibus da cidade, é possível também ir a pé ou por aplicativo de carona (figura 20).



Figuras 21 e 22: Primeira fachada da residência versus fachada existente.
Fonte: Acervo da prefeitura.

A residência se localiza ao lado do Colégio Estadual 10 de maio, que disponibiliza turmas de educação fundamental 2, ensino médio, EJA e programas de auxílio a escolarização (figura 20). Com um terreno de 432.00m² a residência pouco se ocupa no lote, proporcionando uma área de expansão para instalações futuras, caso o programa necessite de uma área maior para exposições ou até mesmo ser utilizada como área de apoio.



Figura 23: Planta de implantação.
Fonte: elaboração do autor, 2019.

A residência conta com dois pavimentos, de construção ampla e funcional, o térreo (figura 24) possui a maior quantidade de usos em área comum de 142.50m² construídos, que dão de fácil acesso ao jardim que está na parte dos fundos da casa. O segundo pavimento (figura 25) conta com a área mais íntima da casa que ocupa 74,06m² e uma área externa de 57,10m².



Figura 24: Planta esquemática primeiro pavimento.
Fonte: elaboração do autor, 2019.



Figura 25: Planta esquemática segundo pavimento.
Fonte: elaboração do autor, 2019.

7.1 Diagnóstico do contexto

Será realizada uma análise para uma melhor leitura dentro do perímetro urbano num raio de 500 metros, para entender os impactos da dinâmica e complexidade da cidade e suas relações com a construção da *Casa de Memória e Documentação Pedra Preta*.

7.1.1. Cheios e Vazios



Figura 26: cheios e vazios.
Fonte: elaboração do autor, 2020.

Ao analisarmos o recorte, nota-se a existência de um traçado ortogonal caracterizado pela construção inicial das linhas de ferro e a partir dessa especificidade a construção de quadras e lotes irregulares. Percebeu-se que os cheios se sobressaem aos vazios, ocasionando uma grande densidade no Centro.

7.1.2 Sistemas viários



Figura 27: Sistemas viários.
Fonte: elaboração do autor, 2020.

A construção da Casa de Memória e Documentação Pedra Preta dispõe de uma fácil localização em termos viários, ligado diretamente a uma Via Arterial, a Avenida Cardoso Moreira, que constitui tráfego constante, permite maior acesso aos transportes públicos e locomoção de pedestres.

7.1.3 Condicionantes naturais

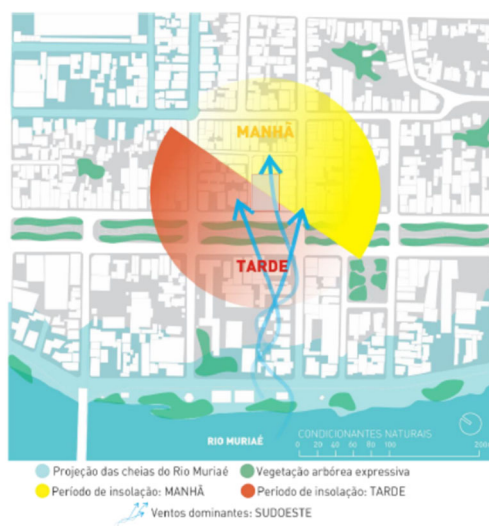


Figura 28: Condicionantes naturais.
Fonte: elaboração do autor, 2020.

As condicionantes naturais em relação ao lote, implicam em insolação na fachada no período da manhã, já no período da tarde com pouca incidência solar. A vegetação arbórea no

Centro é constituída por oitis, *Licania tomentosa*, que fazem sombreamento apenas no canteiro central, mas, que auxiliam na relação visual da edificação.

7.1.4 Usos e funções

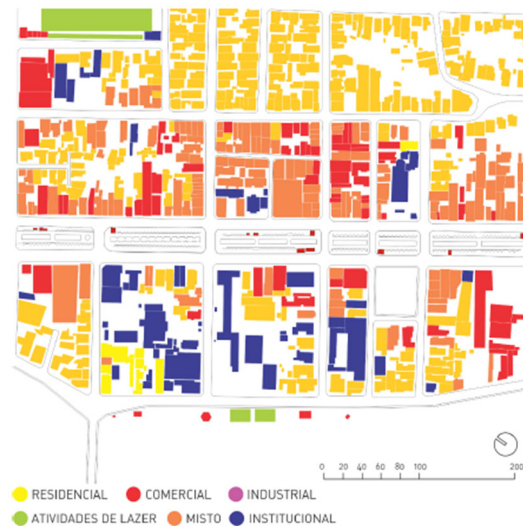


Figura 29: Usos e funções.
Fonte: elaboração do autor, 2020.

Existe uma gama muito expressiva quanto aos usos e funções da Zona Central, porém neste recorte concentrou-se os usos misto, com áreas comerciais no térreo e residenciais nos pavimentos superiores e fundo de lotes.

7.1.5 Gabarito

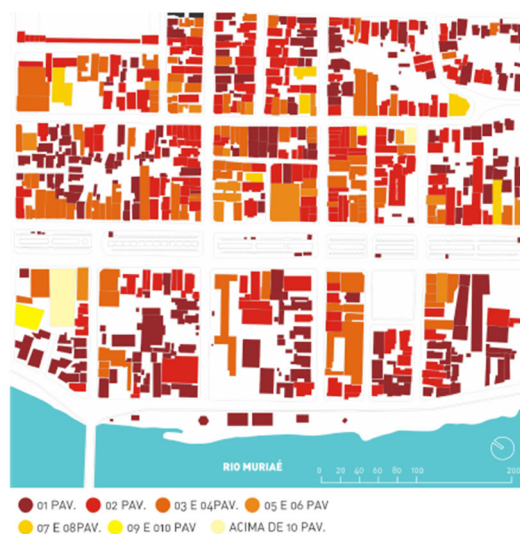


Figura 30: Gabarito.
Fonte: elaboração do autor, 2020.

Ao analisarmos o gabarito, o Centro possui predominância de edificações baixas com alguns prédios mais altos, chegando a ultrapassar 10 pavimentos em alguns casos. Isso se dá por existir uma legislação que favorece a verticalização da Zona Central.

Com base nos dados apresentados neste capítulo e ao decorrer deste caderno, esta iniciativa visa resguardar traços de uma memória por intermédio desta construção, um manifesto sobre o uso da cidade e suas preservações de bem como símbolo. A *Casa de Memória e Documentação Pedra Preta* estará no coração de Itaperuna, nos lembrando todos os dias da nossa ilustre história e se tornando visível aos olhos de quem passa por ali diariamente e não percebe beleza a construção.

8. Legislação

Com base no Artigo 19 do Plano Diretor regulado pela Lei nº 403-2007, prevê:

É considerada ação prioritária para promover a proteção e a valorização do patrimônio cultural do Município de Itaperuna, a identificação e classificação dos bens de interesse histórico e cultural localizados na sede municipal e nos distritos, com a definição de critérios e instrumentos para sua proteção.

Portanto, respeitar as ideologias de valorização do patrimônio, bem como as Leis Municipais de construção e reforma. A casa está localizada na Zona Central (ZC), segundo o anexo VI do Plano Diretor, caracteriza as condições de infraestrutura, padrões de densidade construtiva e concentração das principais atividades comerciais e de serviço da Área Urbana da sede municipal. Encontra-se também contíguo aos Eixos Comerciais e de Serviço 1 (ECS 1), destinados a usos e atividades de pequeno porte (figura 31).

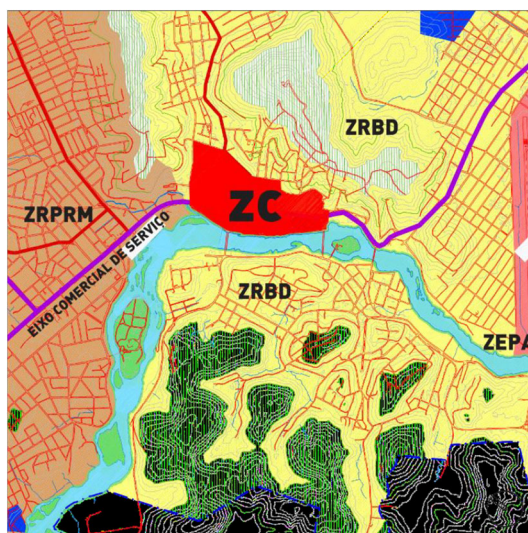


Figura 31: Recorte do Zoneamento da cidade de Itaperuna/RJ.
Fonte: Plano Diretor Lei nº 403-2007, online, 2020.

Assim, o Anexo IX da Lei Complementar nº 550/2011 do Plano Diretor, aborda os parâmetros urbanísticos por zona, a Zona Central e o Eixo Comercial de Serviço 1 possuem os seguintes critérios:

Parâmetros Urbanísticos							
Zona	Coefic. de aproveit. do terreno - CAT			Nº máx de pavimentos			Ocupação máx. do terreno (%)
	Mín.	Bás.	Máx.	Mín.	Bás.	Máx.	
ZC	1	12	17	1	17	20	95
ECS1	Variável	Variável	Variável	Variável	Variável	Variável	Variável

Afastamentos (M)			Permeab. mín. do terreno (%)	Usos
FR	LAT	FUN.		
-	-	-	-	Uso residencial e 1, 2 e 3*
Variável	Variável	Variável	Variável	Uso residencial e 1, 2 e 3*
*Parâmetros válidos apenas para áreas já parceladas e regularizadas				

Figura 32: Parâmetros Urbanísticos da cidade de Itaperuna/RJ.
Fonte: Anexo IX da Plano Diretor Lei nº 403-2007, 2020.

O Código de Obras do município de Itaperuna, Lei nº 081 de 14 de novembro de 1991, art. 32º trata das edificações para fins especiais, locais de reuniões, tais como, cinemas, teatros, auditórios, salas de espetáculos e congêneres.

As instalações devem conter sanitários separados, segundo o art. 35 da mesma Lei, dispondo de um vaso sanitário e um lavatório para o sexo feminino, e um mictório, um vaso sanitário e um lavatório para o sexo masculino, para cada 100 pessoas ou fração.

Serão necessárias modificações segundo o Código de Segurança Contra Incêndio e Pânico (COSCIPI) de Decreto Estadual nº 897 de 21 de setembro de 1976, assim como também a NBR 9077, onde prevê que em caso de incêndio a edificação deve possuir condições que permitam a saída da população e abandone o edifício protegida e acesso facilitado para os bombeiros no combate ao incêndio e possui retirada da população de forma rápida e segura. As saídas comuns devem servir de saída de emergência, ou ter saídas de emergência, quando exigidas.

9. Visitas técnicas

Foram realizadas duas visitas técnicas em dois Museus na cidade do Rio de Janeiro, para melhor entendimento sobre o assunto abordado. O Primeiro foi o Museu de História Nacional, que a visita se deu por se tratar de uma exposição de acervo histórico que conta a história do Brasil e a segunda visita foi no Arquivo Nacional, antiga Casa da Moeda, que se trata de um casarão adaptado para receber o acervo documental.

9.1 Museu Histórico Nacional

Data da visita: 02 de junho de 2019.

Localização: Praça Mal. Âncora, s/n, Bairro Centro, Rio de Janeiro.



Figura 33: Fachada principal Museu Histórico Nacional.
Fonte: acervo da autora, 2019.

O início da construção do Museu de História Nacional foi em 1603, era chamada de Fortaleza de Santiago e foi construída por Portugueses próximo ao mar de forma estratégica, com o tempo foram anexadas a construção como Risão do Calabouço (1693), destinada ao castigo de escravos; a Casa do Trem (1762), para a guarda do “trem de artilharia” (armas e munições); o Arsenal de Guerra (1764) e o Quartel para abrigar as tropas militares (1835).

Devido a todas essas ampliações o museu conta hoje com um complexo arquitetônico de 20.000m² com 9.000m² de área aberta ao público e decorações no estilo Neocolonial e um acervo de 258 mil itens, se transformando na maior coleção numismática da América Latina.

O Museu recebe visitantes de todas as partes da cidade, aos domingos possui um programa de visitação grátis para influenciar as pessoas a visitarem mais aos museus, tendo o

maior número de visitantes. É possível fazer passeios escolares agendados com os guias do museu, para os alunos e professores da rede pública os passeios são gratuitos, diferentemente dos alunos e professores da rede privada, o museu disponibiliza ainda cadernos educativos para os alunos assimilarem um volume maior de informações sobre as exposições.

Ao analisar o entorno de fácil localização e acesso, pode ser acessado por diversos meios de transporte, conta com ponto de ônibus próximo, VLT e um pouco mais distante, mas também é possível, chegar de trem. Percebemos que sua inserção estratégica conta com áreas militares (1908), centros de pesquisas, alguns restaurantes e outros museus do mais variados assuntos ao redor, de pátios amplos e construções imponentes (figura 27).



Figura 34: Análise do entorno, Museu Histórico Nacional.
Fonte: Google maps com inserção da autora, 2019.

Como podemos observar nas plantas abaixo, os pavilhões se interligam a todo momento, criando um grande circuito, os salões são totalmente interligados no seu interior e a cada nova exposição uma nova porta para ser explorada, os ambientes possuem iluminação indireta, são climatizados para que os objetos expostos não se deteriorem e possuem auxílio multimídia para ajudar ao visitante a compreensão por completo e bancos para que você possa sentar e apreciar as obras de arte (figura 28 e 29).

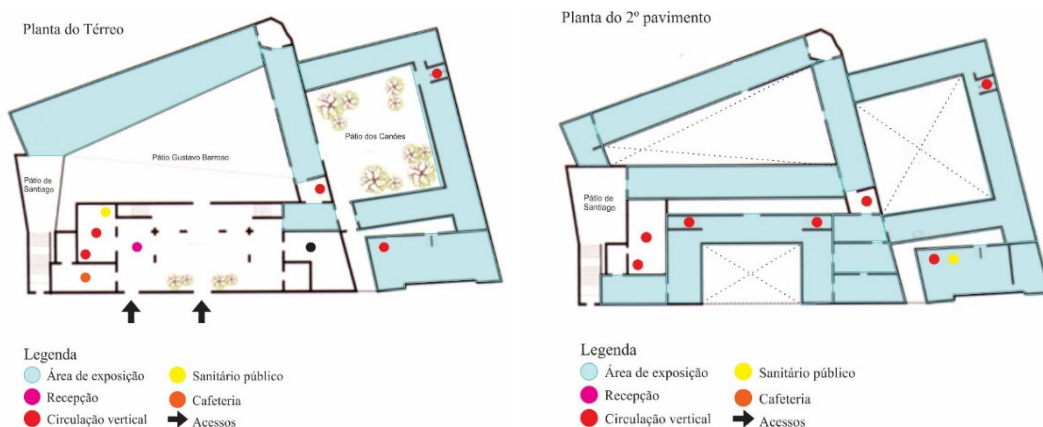


Figura 35 e 36: Planta setorizada do pavimento térreo e pavimento superior.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Os fluxos são bem demarcados e é intuitivo caminhar pela exposição, apesar de ser grande são bem sinalizadas, as áreas privadas da equipe são bem sutis e não são percebidas durante a exposição além de uma segurança rigorosa com os visitantes que são monitorados em todas as áreas expositivas.

A estrutura interna é magnífica e surpreendente, conservada, bem iluminada, ampla e climatizada ainda que alguns pontos precisem de manutenção, mas seu exterior não tem o mesmo zelo, falta manutenção nas fachadas, algumas estão descascando ou sujas (figura 30).

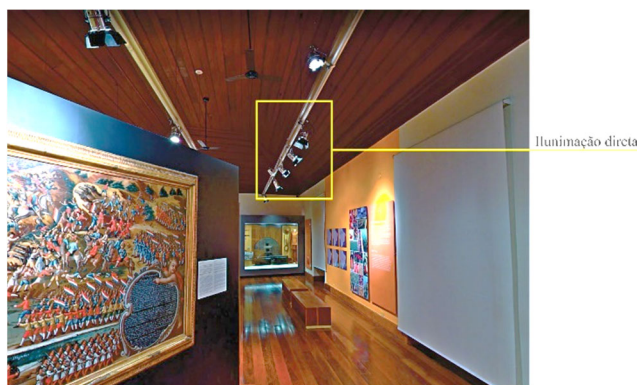


Figura 37: Exposição Portugueses no Mundo.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

A exposição permanente conta com antiguidades, cenários ilustrativos, figurinos, quadros e tudo mais considerado adequado para representação da história, desde o nascimento do Brasil até nosso último presidente. Esta visita teve o intuito de entender como os objetos são expostos e qual o sentimento eles querem transmitir para o expectador (figura 31 e 32). Os grandes salões das exposições são organizados minuciosamente e algumas peças expostas carecem de manutenção.



Figura 38 e 39: Exposições do museu.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

O prédio sofreu adaptações para ser acessível para todos os visitantes, no hall principal conta com o auxílio de uma escada rolante e elevadores, mas entre as exposições o acesso aos próximos salões é feito por meio de escadas (figura 40).

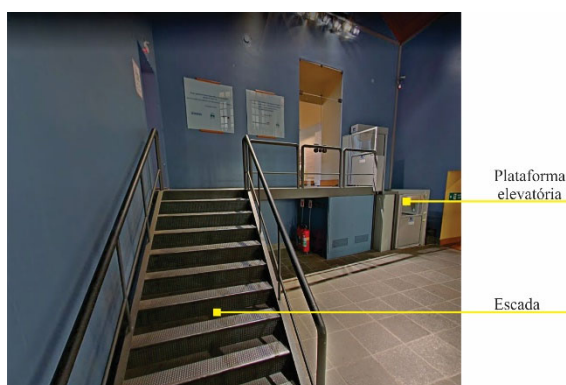


Figura 40: Adaptações feitas no edifício para acessibilidade.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Outras adaptações foram necessárias para um bom funcionamento do museu, como o acréscimo de cobertura no pátio principal da construção para facilitar a locomoção entre as exposições, foram instaladas também calhas úmidas para instalação extra de cabeados, spots direcionais para iluminação externa das exposições (figura 37).



Figura 41: Adaptações feitas no edifício para instalação de cabeamento e iluminação.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Foram instaladas vidraças nas aberturas externas e persianas para bloqueio excessivo da iluminação natural nos itens expostos para prevenir a deterioração dos mesmos. As soluções arquitetônicas encontradas no edifício foram consideradas suficientes para as necessidades das alas de exposições.

9.2 Arquivo Nacional

Data da visita: 03 de junho de 2019

Localização: Praça da República, 173 - Bairro Centro, Rio de Janeiro.



Figura 42: Fachada principal, Arquivo Nacional.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

O Conjunto Arquitetônico que abrigou a Casa da moeda do Brasil em Estilo Neoclássico foi tombado entre 1938, hoje o Arquivo Nacional conta com as documentações que são de extrema importância para a história do país e é responsável pela gestão, preservação e difusão de documentos da administração pública federal. Sua construção em pedras, pátios amplos e imponente, ganha destaque em seu entorno cercado por áreas militares e a enorme Praça da República que se encontra abandonada no coração do Rio de Janeiro.

Seu entorno é caracterizado por construções militares, durante todo o perímetro foi percebido um forte policiamento do exército brasileiro por sua sede ser bem próxima ao Arquivo Nacional. O local também é bem próximo a Central do Brasil, conseguimos chegar de trem, mas também pode ser acessado por BRT, linhas locais ou aplicativos de carona (figura 36).



Figura 43: Análise do entorno, Arquivo Nacional.
Fonte: Google maps com inserção da autora, 2019.

A construção conta com dois pavimentos, somente o térreo é de acesso ao público. O pavimento superior só pode ser acessado mediante acompanhamento. A construção possui todas as suas características originais, como por exemplos suas escadas simétricas em madeira e colunas em pedra, suas adaptações são extremamente pontuais e não interferem na leitura total de edifício.

Em sua planta baixa podemos perceber que os espaços de acesso ao público, estes espaços também podem ser utilizados para semana acadêmica de instituições públicas, o pavimento superior é independente, onde possui toda a parte dos serviços e áreas administrativas (figura 37).

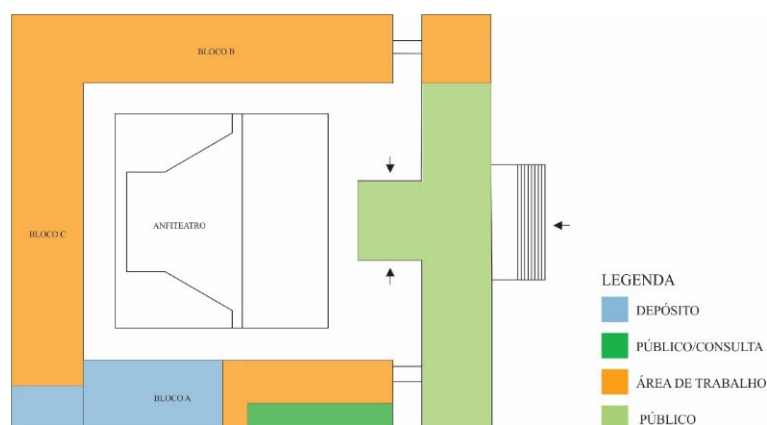


Figura 44: Planta pavimento térreo.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

O segundo pavimento da edificação conta com áreas de exposição permanente, local para manutenção das documentações, auditórios e arquivos que contribuem para o

desenvolvimento da história no país, o prédio possui todas as características originais e gerencia outros polos de desenvolvimento da história com consultoria em acervo documental.



Figura 45: Escada em pedra, construção inicial.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

Para facilitar o trânsito de pessoas entre os blocos foram construídas passarelas em estrutura metálica, que apesar de ser um elemento novo, não se destaca em meio a construção, contando ainda com um enorme pátio aos fundos da edificação que possui um anfiteatro no centro (figura 39 e 40).



Figura 46 e 47: Passarela anexada e pátio central.
Fonte: Acervo da autora, 2019.

As exposições contam com sistema de iluminação pontual, ambiente climatizado e longe de intempéries, as janelas possuem vitrais coloridos no hall de entrada e no salão nobre que possui pintura no teto de Décio Vilar (figura 42).



Figura 48: Vitrais do pavimento superior.
Fonte: inserções da autora, 2019.



Figura 49: Exposição interna.
Fonte: inserções da autora, 2019.

As instalações foram adaptadas para o seu atual uso, com elevadores de serviço e passarelas em estrutura metálica que ligam os blocos do prédio, que podem ser utilizados para congressos, conferências e mostras de fotografias.

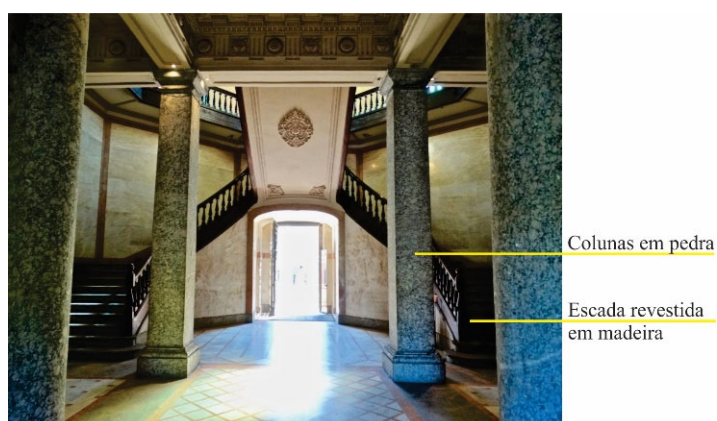


Figura 50: Imagem interna do acesso ao pátio.
Fonte: Elaboração da autora, 2019.

Apesar das tentativas em tornar o edifício acessível, o pavimento superior é feito pela escadaria principal, o que dificulta a visita de pessoas portadoras de necessidades especiais.

Quanto a conservação da construção, tudo está em perfeito estado, toda a estrutura se manteve fiel ao uso original, mas o acréscimo do elevador que dá acesso ao subsolo é de bastante destaque em meio a estrutura da sala de exposições. O prédio foi restaurado no ano de 2001 com suas obras concluídas em 2002.

10. Referência projetual específica

Museu das telecomunicações

Localizado na cidade do Rio de Janeiro, o Museu das telecomunicações (Oi Futuro) promoveu um Concurso Público Nacional de Arquitetura em parceria com o Instituto de Arquitetos do Brasil, em 1999, com o objetivo de reformar o antigo Museu do Telephone, edificação construída em 1918, no bairro do Flamengo, e geminada ao edifício sede do IAB-RJ, no Rio de Janeiro (figura).

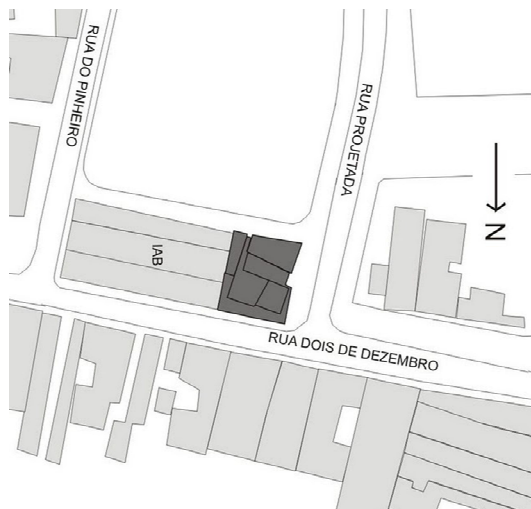


Figura 51: Planta de situação.
Fonte: Arq. Marco Millazo, 2020.

Foi utilizado como conceito o diálogo entre o novo e o antigo (figura), sendo necessário que a edificação antiga sofresse algumas modificações para que pudesse receber o novo volume nos fundos do terreno, definindo o projeto em três zonas distintas: o volume formado pelo edifício antigo, que foi mantido com suas características originais; o volume novo, que se diferencia do antigo por uma arquitetura contemporânea; e o vão livre, formado pelo afastamento entre os dois volumes, mantendo um diálogo harmônico entre as partes.

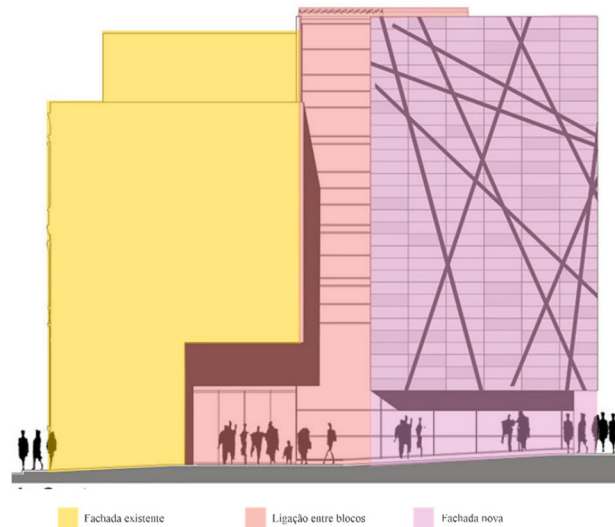


Figura 52: Fachada Oeste.
Fonte: Arq. Marco Millazo com inserção da autora, 2020.

Uma outra questão levantada pelo grupo de arquitetos foi como representar algo imaterial, como a comunicação, em premissas projetuais. Afinal, quando se pensa em comunicação intuitivamente relacionamos a: fios de telefone, servidores de computador, entre outros, e ao levar estes fatores em consideração, a comunicação se configurou na ausência de algo físico, concluindo que a comunicação acontece na inexistência de um espaço real.

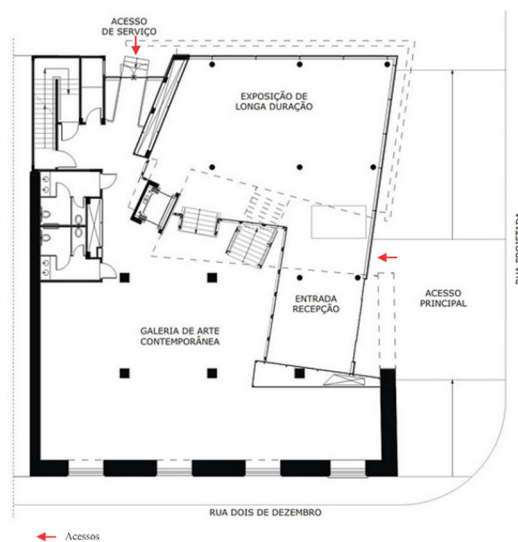


Figura 53: Planta baixa do térreo.
Fonte: Arq. Marco Millazo com inserção da autora, 2020.

Para melhorar o acesso ao Museu, a entrada principal que antes era feito pela fachada preservada, agora é feito pela rua lateral, onde a fachada principal é toda em vidro transparente

e o nível externo é igual ao nível interno, para reforçar a ideia de continuidade entre os espaços. Na antiga entrada do Museu foi criado um local para divulgação das exposições.

O novo acesso recuado permite que as linhas da malha criada na fachada conduzam o visitante até a nova entrada do museu, desta forma, representando o museu se abrindo para a cidade afim de estimular o observador a se aproximar e desvendar seu interior (figura).



Figura 54: Planta baixa do térreo.
Fonte: Arq. Marco Millazo, 2020.

Na fachada sul foi criado um acesso secundário para carga e descarga e entrada de funcionários, esta também possui um grande painel de madeira e pano de vidro que possibilitam toda a visualização da rua dos fundos, juntamente com as passarelas que interligam os blocos.

O primeiro pavimento conta com local de recepção, venda de produtos, livrarias e apresentação de produtos tecnológicos. No segundo pavimento começam as áreas de exposição temporárias, posteriormente o terceiro (figura) possui a área administrativa e área de exposição de longa duração, os jogos de escadas levam o espectador para os próximos pavimentos permitindo que a visibilidade seja totalmente livre.

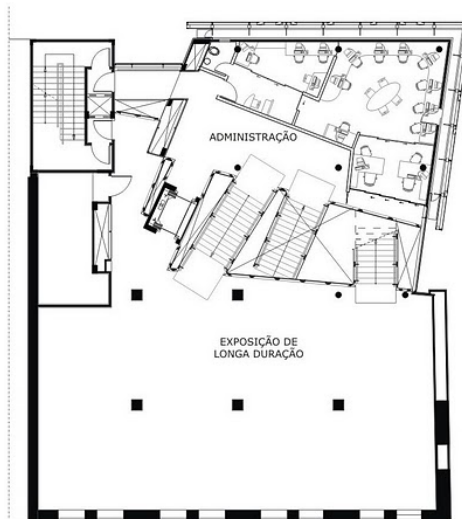


Figura 55: Planta baixa do terceiro pavimento.
Fonte: Arq. Marco Millazo, 2020.

O sétimo pavimento é formado por um volume fechado e pé direito de 12m, possui um espaço multiuso com diversas possibilidades de organização devido a arquibancada de módulos desmontáveis e cadeiras soltas e um Cyber-café com terraço que dá vista para a praia.

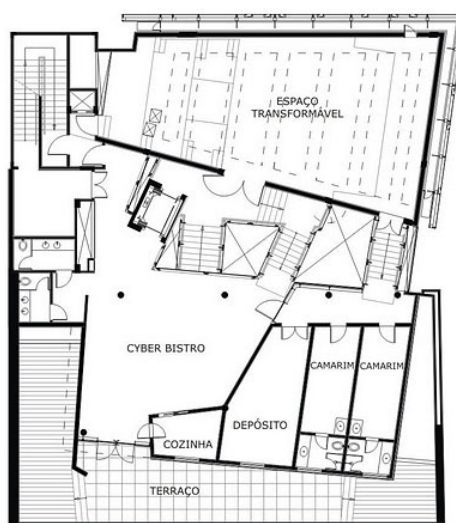


Figura 56: Planta baixa do terceiro pavimento.
Fonte: Arq. Marco Millazo, 2020.

11. Referência projetual geral

Museu da liturgia

Localizado na cidade de Tiradentes/MG, o Museu da Liturgia foi inaugurado em abril de 2012, através de uma iniciativa da comunidade tiradentina e historiadores que buscaram patrocínio em 2009 pelo BNDES, que viabilizou o local adequado e segura para armazenar e expor o acervo, com papel essencial no marco da preservação da história física e imaterial.

O projeto envolveu, além da reforma e restauro do casarão histórico do sec XVIII, a recuperação de mais de 420 peças de arte sacra, pertencentes à Paróquia de Santo Antônio.

Em seu pavimento térreo (figura) conta com o pátio externo, que proporcional ao visitante a reflexão da Quaresma, a alegria e expectativas do Advento. Possuindo a recepção, de entrada e saída do Museu representando os ritos iniciais e finais da missa, como local que reuni seus fiéis.

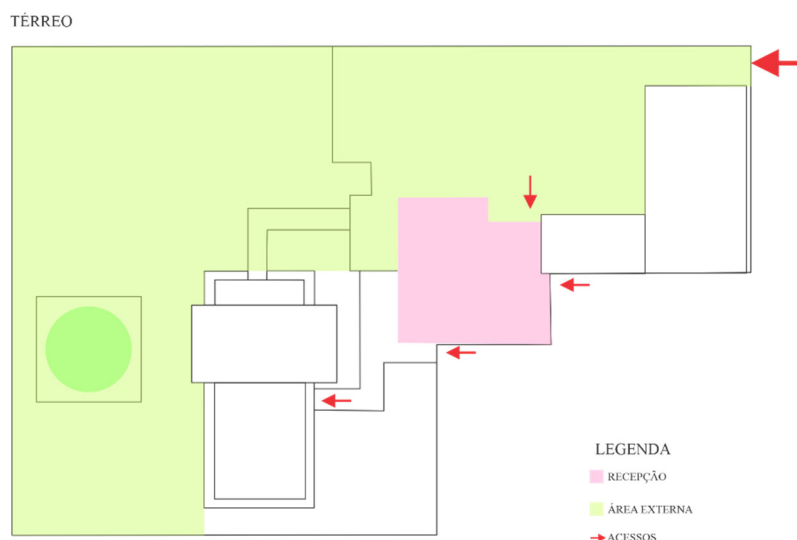


Figura 57: Pavimento térreo.
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

O primeiro pavimento (figura 56) conta com o hall de entrada, que estão expostos tapetes de serragem confeccionados em celebrações religiosas, imagens de devoção popular e representa para os tiradentinos, o corpo e a alma dos que viveram na cidade. O espaço contém pé-direito duplo e interliga os dois andares do Museu dando acesso as salas do primeiro pavimento.

A sala da liturgia da palavra possui a exposição inicial do acervo, primeiro contato entre objeto litúrgico e espaço museográfico, ligados a leitura e transmissão de conhecimentos que são oferecidos como guia para iluminar a vida. Já a sala Eucarística e Páscoa, estão no antigo porão da casa, que representa o mais importante sacramento e o principal ciclo litúrgico,

colocando o mistério da presença de Cristo e o Mistério Pascal, ápice do simbolismo cristão. A iluminação é utilizada como instrumento de transformação para desvelar o Verbo latente, induzindo à ação, à criação e à recriação do mundo, das coisas e de nós mesmos, não tendo apenas papel de elemento ornamental.

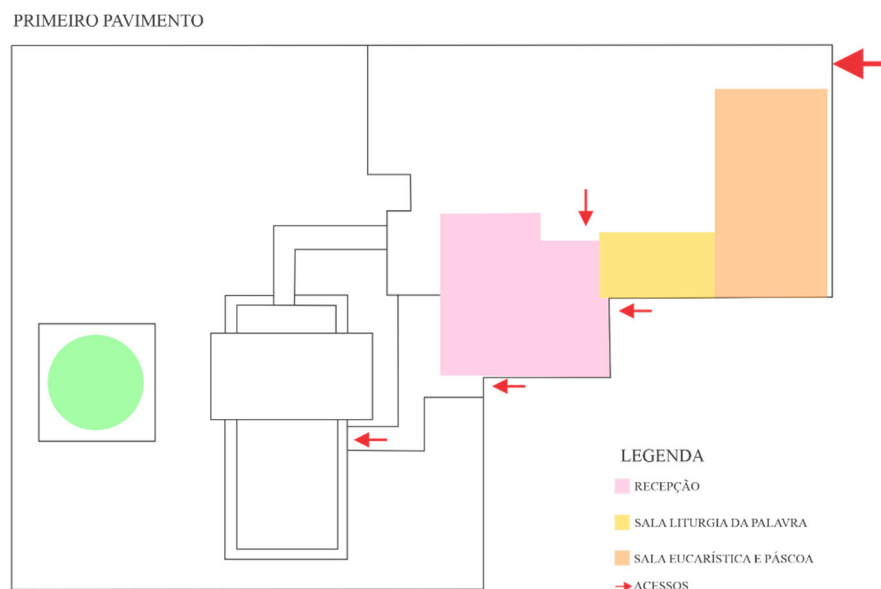


Figura 58: Primeiro pavimento.
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

No segundo pavimento, a sala Sacramentos e Sacramentais, são dedicadas ao dia a dia da fé, com o auxílio de um terminal multimídia que aprofunda os eixos temáticos do Museu por meio de documentos históricos, imagens, vídeos e fotos referentes a cada uma das peças do acervo.

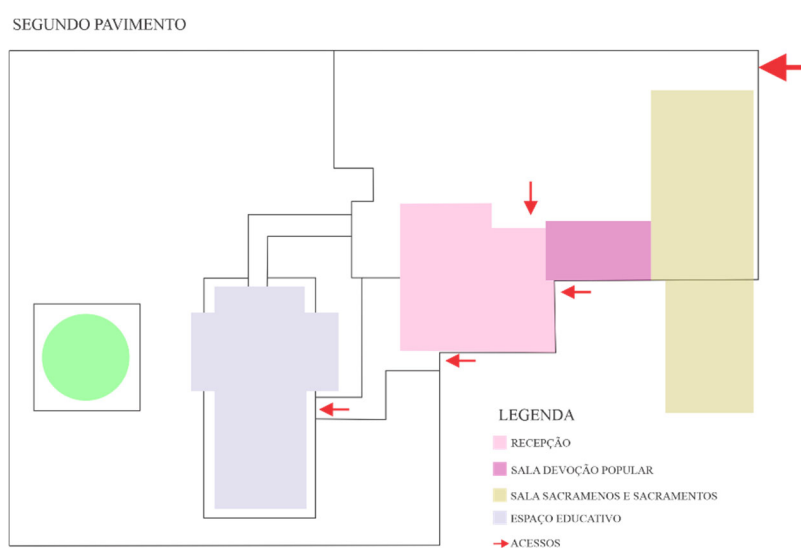


Figura 59: Segundo pavimento.
Fonte: Elaboração da autora, 2020.

A sala de Devoção Popular evidencia as celebrações religiosas de Tiradentes, com imagens processionais, ex-votos e objetos relacionados a devoção mariana e aos santos, fazendo relação com as manifestações populares e os elementos litúrgicos que ajudam na compreensão da sociedade. Neste nível, contém ainda o núcleo de pesquisa e espaço educativo com terminal multimídia próprio, reserva técnica e laboratório.

12. Programa de necessidades

Para a elaboração deste programa de necessidades, foram levados em consideração as dinâmicas necessárias para o funcionamento que um museu, trazendo as especificações em menores proporções para a elaboração do programa da Casa de memória e documentação Pedra Preta.

Administração		
Ambiente	Quantidade	M²
Diretoria	1	20
Copa	1	10
Financeiro	1	20
Sala de catalogação	1	15

Acervo		
Ambiente	Quantidade	M²
Depósito	1	20
Exposição temporária	1	50
Exposição permanente	1	50

Social		
Ambiente	Quantidade	M²
Recepção	1	10
Guarda volume	1	5
Terminal de consulta	1	1
Sanitários públicos	3	30
Café com depósito e caixa	1	32
Carga e descarga	1	10

Apoio		
Ambiente	Quantidade	M²
Sala de segurança	1	10
Sala de restauro	1	20
Almoxarifado	1	20
Subestação	1	15
Vestiário funcionários	1	15
D.M.L	1	10
D.R.S	1	10

Estudos		
Ambiente	Quantidade	M²
Exposição de trabalho	1	20
Consulta digital	1	14
Sala de informática	1	30

13. Referências bibliográficas

- ABREU, M. **Sobre a memória das cidades.** Disponível em: <<http://mauricioabreu.com.br/files/artigos/Sobre%20a%20memoria%20das%20cidades.pdf>> Acessado em: Setembro de 2019.
- ABREU, M. (1998): **Sobre a memória das cidades.** In: Revista Território, nº 4, Rio de Janeiro: LAGETUFRJ/Garamond.
- ABREU, R. & CHAGAS, M. – orgs. (2003): **Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: DP&A.** Disponível: <http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/coletaneas/06-memoria-e-patrimonio_ensaios-contemporaneos.pdf>
- Bartholazzi, R. A. **Os italianos no Noroeste fluminense: estratégias familiares e mobilidades sociais.** Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1197.pdf>>
- CARSALADE, F. de L. **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.** Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf\(3\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Bem%20pdf(3).pdf)> Acessado em: abril de 2019.
- COSTA, O. **Memória e paisagem: em busca do simbólico dos lugares.** Disponível em: <www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/espacoecultura/article/viewFile/6143/4415> Acessado em: março de 2019.
- DE MELLO E SILVA, M. C. S. **Preservação de documentos.** Disponível em: <<http://www.arquivopublico.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=37#:~:text=Existem%20tamb%C3%A9m%20fatores%20extr%C3%ADnsecos%20que,umidade%20e%20temperatura>> Acessado em: Junho de 2020.
- DINIZ, D. **O Desenvolver de um município – Itaperuna – Do germinar a frutificação. 1985.** Rio de Janeiro.
- _____. FENIX, P. C. T. **A preservação do patrimônio cultural e sua trajetória no Brasil.** Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/PDF23/ARTIGO_8_PAULO_CESAR_TOMAZ_FENIX_M_AIO_AGOSTO_2010.pdf> Acessado em: março de 2019.
- _____. HENRIQUES, M. P. **A terra da promessa.** Disponível em: biblioteca municipal de Itaperuna.
- IBGE. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rj/itaperuna/panorama>> Acessado em: outubro de 2019.
- IPHAN. **Patrimônio cultural.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/218>> Acessado em: março de 2019.
- IPHAN. **Patrimônio material.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/276/>> Acessado em: março de 2019.
- IPHAN. **Patrimônio imaterial.** Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/234>> Acessado em: março de 2019.

LE GOFF, J. **Histórias e Memórias.** Disponível em: <<https://www.ufrb.edu.br/ppgcom/images/História-e-Memória.pdf>> Acessado em: setembro de 2019

MARTINO, M. S. de. **Histórico de Varre-Sai** – Miracema; RJ: Edição do Autor, 2011.

MERLO, F, KONRAD, G. V. R. **Documento, história e memória: a importância da preservação do patrimônio documental para o acesso à informação.** Disponível em: <<https://uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/18705>> Acessado em: Março de 2020.

MILLAZO, M. Disponível em: <<http://www.milazzo.com.br/projetos.php?projeto=OI%20FUTURO>> Acessado em: Outubro de 2020.

Museus Br. Disponível em: <<http://museus.cultura.gov.br/>> Acessado em: outubro de 2019.

MIRANDA, L. **Museu da Música.** Disponível em: <<https://issuu.com/laramiranda/docs/monografia>> Acessado em: Setembro de 2019.

Museu da Liturgia. Disponível em: < <https://www.museudaliturgia.com.br/museo>>

Acessado em: Outubro de 2020.

Museu Histórico Nacional. Disponível em: <<https://mhn.museus.gov.br/index.php/o-museu/>> Acessado em: junho de 2019.

NEVES, L. Disponível em: <<http://luiznevesufrj.blogspot.com/2015/03/praca-da-republica-arquivo-nacional.html>> Acessado em: Junho de 2019.

_____. PEREIRA JÚNIOR, A. R. **Itaperuna (rj) no contexto regional no noroeste fluminense: um movimento entre a centralidade e a descentralidade.** Disponível em: < <https://cidades.ucam-campos.br/producoes/dissertacoes/dissertacoes-2015/>> Acessado em: março de 2019.

REBELO, Mariana Nascimento. **Por que museu?** Disponível em: < https://issuu.com/marinarebelo/docs/ensaio_marina_rebelo> Acessado em: Setembro de 2019.

SANTANA, A. M. **Academia 498.** Disponível em: Biblioteca do Centro Universitário Redentor, Itaperuna. Acessado em: maio de 2019.

SILVA, N. C. da. **Valorização da Memória.** Disponível em: <<https://servicos.unitoledo.br/repositorio/bitstream/7574/1169/5/TFG%20%20Valoriza%C3%A7%C3%A3o%20da%20Mem%C3%B3ria%20%20CAPA%20Te%C3%B3rico%20%20Natural%20Caroline%20da%20Silva.pdf>> Acessado em: março 2019.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCERJ). Estudo Socioeconômico de Itaperuna. 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (TCERJ). Estudo Socioeconômico de Itaperuna. 2016. Disponível em: <<https://www.tce.rj.gov.br>> Estudo Socioeconômico 2016 - Itaperuna

VARGAS, P. G. **Retrato da situação socioeconômica do Município de Itaperuna, RJ: avanços dos setores de saúde e de educação superior a partir da década de 1990.** Disponível em: Universidade Candido Mendes – Campos dos Goytacazes, RJ.

Winnie. **Free Winnie.** Disponível em: <<https://vejameumundo.com/vlog-arqtretas-1-mnba-e-mhn/>> Acessado em: junho de 2019.

Apêndices

Questionário Geral

1. Você aceitaria responder este questionário?

() Sim () Não

2. Gênero:

() Feminino () Masculino

3. Qual sua faixa etária?

() 10 a 19 () 20 a 29 () 30 a 49 () 50 ou mais

4. Qual a sua escolaridade?

() Não possui

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

Outros: _____

5. Considerando você e todas as pessoas com quem você mora, qual a sua renda total?

() Não possui

() Até 3 salários mínimos

() mais de 3 até 10 salários mínimos

() mais de 10 até 30 salários mínimos

() mais de 30 salários mínimos

6. Mora na Zona Urbana de Itaperuna:

() Sim () Não

7. Se sim, há quanto tempo?

☐ Sempre morei ☐ 1 à 5 anos ☐ 6 à 10 anos ☐ 11 à 15 anos ☐ 20 anos ou mais

8. Sobre a história de Itaperuna, o quanto você sabe?

☐ Nada ☐ Pouco ☐ Razoável ☐ Muito

9. Ainda sobre a história de Itaperuna, onde você aprendeu?

☐ Não aprendi ☐ Rádio ☐ Televisão ☐ Internet ☐ Redes sociais ☐ Escola ☐ Jornal ☐

Outros: _____

10. Quais os seus hábitos culturais mais frequentes? Nessa pergunta você poderá marcar mais de uma pergunta.

☐ leitura ☐ cinema ☐ shows ☐ bibliotecas

☐ festas populares ☐ feiras de artesanato

☐ dança ☐ museus ☐ teatro ☐ circo

☐ saraus ☐ concertos musicais

11. Qual a probabilidade de visitação se tivesse um museu em Itaperuna?

Nenhuma ☐ 0 ☐ 1 ☐ 2 ☐ 3 ☐ 4 ☐ 5 muita

12. Dos fatores abaixo, quais aqueles que influenciariam a sua visita o ao museu? Nessa pergunta você poderá marcar mais de uma pergunta.

☐ Preço acessível ☐ Exposições ☐ Fácil acesso ☐ Oficinas culturais ☐ Ponto de encontro ☐ Outros: _____

13. Quando falamos em patrimônio, história e/ou memória de Itaperuna, qual o primeiro lugar, pensamento e/ou sentimento te vem   cabeça?